

## PARECER JURÍDICO

**PROCESSO Nº.....:** 0903.001/2018

**INTERESSADO.....:** Secret.de Administração,Planej. e Gestão

**ASSUNTO.....:** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS ANTENAS REPETIDORAS DOS CANAIS DE TV VERDES MARES, TV DIÁRIO E RECORD, QUE SÃO RETRANSMITIDO NOS DISTRITOS, LOCALIDADES E SEDE DO MUNICÍPIO DE MERUOCA ATRAVES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLE DESTES MUNICÍPIO.

**EMENTA.....:** Constitucional. Administrativo. Licitação. Contratação Direta.

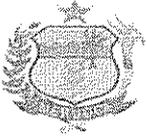
Vem ao exame desta Consultoria Jurídica, o presente processo administrativo, que trata de contratação do fornecedor JONAS DE SOUZA LIMA visando atender as necessidades da(o), conforme o constante na Solicitação de Despesa anexa aos autos.

Depreende-se dos autos, pedido de solicitação de despesa para execução do objeto deste processo administrativo, na modalidade de dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Consta Despacho do setor competente, o qual informa quanto à previsão de despesa na programação orçamentária Exercício 2018 Atividade 0301.041220037.2.007 Manut. Secret.de Adm. Planej. e Gestão, Classificação econômica 3.3.90.36.00 Outros serv. de terceiros pessoa física.

Examinando o referido processo, foram tecidas as considerações que se seguem.

Estabelece o art. 37, inciso XXI, da Carta Magna, a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, o próprio dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra ao efetuar a ressalva dos casos especificados na legislação, quais sejam a dispensa e a inexigibilidade de licitação.



Estado do Ceará  
GOVERNO MUNICIPAL DE MERUOCA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MERUOCA



Sendo assim, o legislador Constituinte admitiu a possibilidade de existirem casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas sem a concretização de certame licitatório.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O art. 24, da Lei nº. 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

Deve-se, todavia, esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, mister restar comprovado que a proposta ofertada é a mais vantajosa para a administração.

Não é demais lembrar a necessidade de comunicação da dispensa à autoridade superior no prazo de 03 (três) dias, para ratificação e publicação na imprensa oficial, no prazo de 05 (cinco) dias, como condição para eficácia dos atos, assim como a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo, obviamente, da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade, opina-se pela realização da contratação direta.

É o parecer, sub censura.

MERUOCA - CE, 12 de Março de 2018

Assessoria Jurídica

**George Aguiar Dias**

PROCURADOR GERAL - OAB/CE: 15.556

CPF: 788.954.213-53

PORTARIA: 011/2017